



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta no processo administrativo.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

A Codevasf tem entre suas atribuições a elaboração de diretrizes para os projetos e ações de desenvolvimento integrado e infraestrutura nas áreas de sua atuação, bem como cuidar de sua gestão. Coordenando ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a gestão territorial das bacias hidrográficas.

Ressalta-se que o apoio às atividades da agricultura irrigada é uma das principais estratégias da Codevasf para estimular alternativas que viabilizem a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural das famílias, principalmente dos pequenos produtores dos perímetros irrigados de sua área de atuação.

Entre as ações da Codevasf, destaca-se a contratação de empresas idôneas para o fornecimento, transporte, carga e descarga de 02 (dois) motores elétricos de indução de 700CV, destinados ao Perímetro Público de Irrigação Curaçá, na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, com objetivo de desenvolvimento socioeconômicos, culturais e ambientais, promovendo o aumento do desenvolvimento regional.

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, conforme orientações legais, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

O procedimento de pesquisa de preços para estabelecimento de valores de referência, consta no Parecer de Custos e foi elaborado de acordo com o estabelecido no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da Codevasf, na Instrução Normativa N-440 da Codevasf e no Caderno de Logística – Pesquisa de Preços, elaborado pelo Ministério da Economia e na Instrução Normativa nº. 73/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e no art. 23 da Lei 14.133/2021.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas:

Os requisitos de aceitação das propostas estão definidos e descritos no Termo de Referência e nas Especificações Técnicas (Anexo III) e em consonância com as características técnicas dos equipamentos existentes, que serão substituídos pelos novos através da presente licitação.

Quanto à pontuação das propostas esse critério não se aplica, pois essa situação somente é cabível para licitações que utilizam o critério de julgamento Técnica e Preço.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

Os requisitos de aceitação das propostas estão definidos e descritos no Termo de Referência, no item 9, onde estabelece, como qualificação técnica, que a licitante deverá comprovar experiência, através de atestado(s) de fornecimento de equipamento(s) similar(es) com potência nominal mínima menor que 50% (cinquenta por cento) do objeto contratual. É também exigido a qualificação econômica financeira do licitante onde deverá ser apresentado obrigatoriamente, na fase de habilitação, o capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item.

Dos critérios de sustentabilidade socioambiental da contratação:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal. Contudo, baseado no art. 82, inciso II, do RILC da Codevasf, recomenda-se que o licitante guarde observância aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos no item 19 do Termo de Referência.

Dos critérios de reajustamento e repactuação de preços:

Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta, conforme previsto no item 14 do Termo de Referência.

Da necessidade da contratação:

O Perímetro Público de Irrigação Curaçá – CP01 está localizado a uma distância de 65km da sede do Município de Juazeiro/BA e possui, segundo o relatório de produção de 2023 da Codevasf/6ªSR, 3.617,24 hectares cultivados de uma área total de 4.920,99 hectares – num total de 129 pequenos produtores, 31 médios e 15 grandes produtores –, cujo valor total da produção agrícola, denominado também de Valor Bruto da Produção, no último ano foi superior a R\$ 230 milhões de reais.

No que diz respeito a infraestrutura de uso comum, o PPI Curaçá CP01 é composto por 08 estações de bombeamento elevatórias, distribuídas ao longo do canal principal para o atendimento dos 3.617,24 hectares irrigados. Sendo a Estação de Bombeamento EB-01 a responsável pela captação da água bruta do Rio São Francisco e adução da água ao início do canal principal de distribuição.

Na EB-01 do PPI Curaçá CP01 estão instalados 05 conjuntos motobombas verticais, com uma capacidade instalada de adução de 19.675,0 m³/h, sendo que cada um dos conjuntos tem vazão nominal de 3.935m³/h e 36,5m de altura manométrica, acoplados a motores elétricos de indução trifásicos de 700CV, com tensão nominal em 2.300V e rotação nominal 1.160RPM, que vem operando desde a implantação do Perímetro, ou seja, há mais de 40 anos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

A aquisição pretendida, de 02 (dois) motores elétricos de indução de 700CV, insere-se nas ações e planejamentos propostos pela Codevasf para o cumprimento dos seus objetivos e diretrizes voltados para o cumprimento da sua missão, por se tratar de uma ação que se coaduna com o desenvolvimento regional de forma integrada e sustentável e corrobora para a redução das desigualdades regionais.

Consta no Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2022-2026) da Codevasf dois objetivos estratégicos que são: OE14 (Elevar a Segurança Orçamentária e Financeira) que trata do aumento da geração de receita própria e captação de investimentos nos programas governamentais, com vistas a ampliação do reinvestimento nos projetos de irrigação; e OE 17 (Desenvolver a Agricultura Irrigada com Inovação e Sustentabilidade) que trata de proporcionar condições necessárias para que os produtores agrícolas desenvolvam capacidade técnica e administrativa, para gerar renda sustentável com a atividade de agricultura irrigada, promovendo a máxima eficiência da gestão do uso da água com vistas a geração de emprego e renda, elevação da produção agrícola e incremento na arrecadação de impostos.

Assim, sendo a Codevasf gestora de Perímetros Públicos de Irrigação e tendo como objetivo estratégico a melhoria para manutenção da infraestrutura instalada, foi identificada a necessidade de reinvestimento na infraestrutura de uso comum da Estação de Bombeamento 01 do Perímetro de Irrigação Curaçá CP01, através da aquisição de motores elétricos de indução de 700CV.

Da adoção pelo uso do Pregão Eletrônico:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento, objeto desta licitação, é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta na Planilha de Quantidades e Preços máximos e nas Especificações Técnicas, Anexos II e III respectivamente, que integrarão o Edital, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento que serão contratados.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no Edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Modo de disputa – aberto:

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de (0,50%), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. O intervalo mínimo deverá levar em consideração a precificação do(s) objeto(s). Como os preços ofertados neste Edital estão acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e para que haja viabilidade de competição entre os fornecedores, bem como partindo do pressuposto que o intervalo mínimo não deve ser nem tão alto que inviabilize a competição, nem irrisório a ponto de poder eternizar a disputa e/ou não ter repercussão financeira suficiente para



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

diferenciar uma proposta da outra, entendemos que o valor determinado para o intervalo mínimo entre os lances encontra-se adequado.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de Qualificação Técnica:

Consta no Termo de Referência, no item 9.2, as exigências, dentre os participantes, para a aceitação das propostas desde que estas atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos. Para tanto, a licitante deverá apresentar atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, descrevendo fornecimentos similares ao objeto da licitação, onde deverá ser observado a comprovação do fornecimento de no mínimo 01 (um) motor elétrico trifásico, com potência nominal mínima de 300 CV, e tensão nominal mínima de 2,3kV, com parâmetros técnicos iguais, superiores ou equivalentes tecnicamente.

Entende-se que essa proporção é razoável, pois não restringe a ampla concorrência entre empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:

Entende-se que por se tratar de fornecimento de equipamentos, devido a sua natureza, não se permite seu parcelamento em lote ou itens. Entende-se também não haver ganhos econômicos ao parcelar o objeto.

Da não exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

Não se vislumbra a obrigatoriedade da participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tendo em vista que é aplicável aos casos em que os itens ou lotes possuam valor inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme consta do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

Destaca-se que a licitação se dará através de um único item e este será aberto para participação de todas as empresas, razão pela qual não haverá exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP. Entretanto, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

Condições de participação de empresa estrangeira:

Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação – AI

Permissão para Participação de Consórcios:

Não será permitida a participação de consórcio. Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante.

Permissão para Participação de Sociedade Cooperativa:

Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço/operações/atividades exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017. Enfatizamos que a licitação será de aquisição de item específico, ou seja, fornecimento de equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Permissão para Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. O objetivo dessa licitação é o fornecimento de equipamentos de especificações técnicas bem definidas e de grande circulação no mercado. Não há necessidade, portanto, de subcontratação para realização dos fornecimentos propostos.

Garantia de Execução (caução):

Não se aplica, pois a execução trata-se da efetiva entrega do equipamento solicitado, sem necessidade de calção garantia.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data do recebimento definitivo dos bens. Esse período é usual de mercado e suficiente para garantir que defeitos apresentados nesse prazo, derivados de montagem, quando couber, errada ou pelo desgaste de peças defeituosas, sejam corrigidos pelos fabricantes, sem prejuízo para os adquirentes do produto adquirido.

A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos bens objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

Apresentação de amostras:

Não é necessária a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido, considerando o escopo do TR.